



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 1º QUADRIMESTRE DO  
EXERCÍCIO DE 2018**

**Em 30.5.2018**



**Jamil Janene**

**Membro da Comissão de Finanças e Orçamento**

# Sinopse elaborada por:  
Alex Gustavo/Eduardo Mendes



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às dez horas, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Londrina, a Comissão de Finanças e Orçamento da Casa – composta pelos vereadores Jairo Tamura (Presidente), Eduardo Tominaga (Vice-Presidente) e Jamil Janene (Membro) – deu início à Audiência Pública de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre do Exercício de 2018 (em atendimento ao artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Presidindo a audiência, o vereador Jamil Janene convidou para compor a Mesa dos Trabalhos o Controlador Geral do Município de Londrina, senhor Marcos José de Lima Urbaneja; o Controlador da Câmara Municipal de Londrina, senhor Hécio dos Santos; e o Secretário Municipal de Fazenda, senhor João Carlos Barbosa Perez. Inicialmente o Presidente Jamil Janene fez esclarecimentos sobre a dinâmica da audiência pública e passou a palavra ao senhor Hécio dos Santos, que fez a apresentação da prestação de contas da Câmara Municipal de Londrina (*Anexo I – Material expositivo do Poder Legislativo*). A seguir, deu-se início à prestação de contas da Prefeitura Municipal de Londrina (*Anexo II – Material expositivo do Poder Executivo*), que foi feita pelo Secretário João Carlos Barbosa Perez, pelo senhor Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa (da Controladoria do Município) e pela senhora Amanda Boza Gonçalves Carvalho (da Secretaria Municipal de Assistência Social), que falaram sobre o Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente (Orçamento Criança – Aspectos Quantitativos e Qualitativos). Após as apresentações, passou-se a fase de questionamentos e esclarecimentos. (*Início da transcrição na íntegra*)

**Vereador Jamil Janene** – A minha pergunta... Vocês sabem que existe um movimento na cidade de Londrina de “Abaixa o IPTU”. Vocês sabem que a pressão está em cima desta Casa, pessoas, para mim... Eu entendo que muitos assinam, na situação que se encontra o país, na situação dos políticos nos dias de hoje... Mas a irresponsabilidade de muitos desses movimentos – que inclusive eu achei que estariam aqui aquele André Trindade e o “Movimento Por Amor a Londrina” – falam tanto de discutir as finanças do Município e não aparecem aqui. Porque são todos candidatos a deputado, a gente sabe... Todos oportunistas. Para mim são oportunistas porque se não fossem estariam aqui hoje perguntando “o que a gente faz com o IPTU?”



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)**

Porque tem muitos irresponsáveis na política, pessoas que se preocupam mais com a vida pública deles do que colocar uma cidade em ordem. Eu queria saber do Secretário de Fazenda, junto com o Controlador – que também estava neste debate – se não tivesse sido aprovada hoje esta planta de valores, eu queria saber se fechariam as contas, se estaria cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e se os investimentos que vocês sabem que o Prefeito está querendo fazer na saúde, na educação, no recape asfáltico, se conseguiria fazer ou não? Porque todo esse serviço não é para o Jamil Janene, não é para o Prefeito Marcelo, mas é para a cidade de Londrina. É para colocar mais professor na escola, é para colocar mais médico no posto de saúde, é para arrumar estrutura para esses médicos, reformar os postos de saúde para atender a população de Londrina. Eu quero saber, com a maior tranquilidade, porque eu vou debater e eu tenho certeza que os responsáveis que estão fazendo a cidade ficar em crise, como está acontecendo agora... Os caminhoneiros eu apoiei, que conseguiram o que era de direito deles. Hoje os que estão aí são baderneiros, porque não tem mais de onde tirar. Não podemos falir um país por alguns interesses pessoais da política. Aqui foi um debate político, tem vereador que votou contra e que votou a favor. Mas já é matéria vencida, tem que respeitar o Parlamento... A ditadura... Parece que os esquerdistas querem que volte a ditadura. Não sabem perder no voto. Eu quero saber porque eu quero ter responsabilidade, porque o debate vai vir talvez antes de vocês voltarem aqui para prestar contas. Eu quero saber de vocês dois, a responsabilidade que nós temos hoje com a população... Eu quero saber primeiro o mais pobre...

**Senhor João Carlos Barbosa Perez (Secretário Municipal de Fazenda)** – Deixe-me cumprimentar aqui o vereador Nantes, Presidente desta Casa. Eu acabei não o vendo. Aqui o Felipe Prochet. Bom, a pergunta do Janene é pertinente. Nós somos técnicos do Município, eu sou um servidor de carreira há vinte e três anos e o Marcos também é técnico. Nós temos vários servidores aqui que são técnicos. Então o debate que nós vamos fazer é um debate estritamente técnico. Quando nós analisamos as finanças do Município, e aí nós analisamos os dez últimos anos das finanças do Município, em 2012 eu fui Secretário de Fazenda na gestão do Gerson Araújo e nós só fechamos aquele



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

ano por conta de um Profis (*Programa de Refinanciamento Fiscal*) que rendeu noventa e quatro milhões de reais. Nós tivemos uma grande instituição de ensino que fez o pagamento e nós conseguimos fechar com equilíbrio fiscal. De 2012 para cá todos os anos nós só fechamos com receita extraorçamentária. Um ano é um Profis, o outro ano é a comercialização da folha de servidores, que gera recursos para a Prefeitura, no outro ano uma medida do Governo Estadual de aumentar a alíquota do IPVA, que consequentemente repercute nas finanças do Município. Ou seja, todo ano nós temos fatos atípicos extraorçamentários para que nós possamos fechar no zero a zero. Então veja, tecnicamente eu sempre defendi a revisão da planta de valores, e não é só pelo fato de equacionar as contas do Município não, pelo fato de se fazer justiça. A Planta Genérica de Valores pressupõe que todos paguem de formar igualitária, de forma isonômica. Se eu tenho um imóvel de cem mil reais, eu vou pagar de sessenta a setenta por cento do valor venal do imóvel. Então nós tivemos com a planta um aumento de mil por cento, de quinhentos por cento, de menos quarenta por cento, de menos dez por cento. Por quê? Para que todos paguem de forma isonômica. É este o objetivo da Planta: trazer todos os pontos destoantes para a mesma linha. Mas tirando a questão da Planta Genérica, tirando a questão técnica da elaboração da Planta, nós vamos focar nas finanças públicas. Então veja, nós tivemos dez anos de equilíbrio fiscal. Eu acompanho as finanças há vinte... Eu sempre trabalhei na área financeira, mas nos últimos dez anos nós só fechamos com equilíbrio graças a algumas ações extraorçamentárias. A Planta Genérica de Valores veio para quê? Ela veio para equacionar esta conta. Veja, eu passei um dado aqui, eu não sei se vocês perceberam, o ano passado nós lançamos duzentos e vinte e nove milhões de reais entre coleta de lixo e IPTU. Este ano nós lançamos trezentos e oitenta e cinco milhões de reais. Tivemos um aumento no valor lançado de sessenta e sete por cento, no valor lançado. No ano passado, entre pagamento à vista e pagamento parcelado, nós tivemos cento e sessenta e três milhões de reais até o mês de maio. Este ano nós tivemos duzentos e quarenta e quatro milhões de reais. Duzentos e quarenta e quatro menos cento e sessenta e três significa dizer que nós vamos incrementar as receitas do Município até a data de hoje em oitenta e um



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

milhões de reais, entre pagamento à vista e pagamento parcelado. Ora, o ano passado nós apresentamos aqui um *déficit* de cento e vinte milhões de reais. Todo ano nós falamos em *déficit* e ninguém acredita. Chega no final do ano, fecharam as contas. Por que fecharam as contas? Nós fazemos gestão de restos a pagar. No ano passado nós tivemos a suspensão dos quatro por cento para a CAAPSML, nós tivemos a suspensão do reajuste salarial, nós tivemos o contingenciamento, nós tivemos o corte de funções gratificadas, tudo isso para chegar no zero... Nós fechamos o ano passado com doze milhões de *superávit* nas contas livres. Doze milhões de *superávit* nas contas livres, o que significa dizer? Significa dizer que aquele *déficit* que foi projetado lá atrás só não se confirmou por conta dessas ações. Então nós temos que ter um olhar técnico para as finanças do Município. E quando a gente coloca, Jamil, a questão de investimento, veja, a Planta Genérica veio para equacionar e para que nós possamos dar continuidade a algumas ações de governo. Nós tivemos corte de contrato para poder encerrar com equilíbrio em 2016. Em 2017 também nós tivemos contingenciamento para poder encerrar. Então veja, nós temos que garantir... A Planta Genérica veio para garantir as políticas públicas, especialmente para aqueles que mais necessitam na área de saúde, de educação, de assistência. Para garantir essas políticas, para garantir o equilíbrio. E nós temos que debater outro ponto com esta Casa aqui, que é a questão da CAAPSML. Porque às vezes o cidadão coloca assim: "Mas o que é que a CAAPSML tem a ver comigo?". A CAAPSML – Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores – "mas o que tem a ver conosco? Eu não sou servidor". Significa dizer que o cálculo atuarial aponta que em 2020 nós teremos que colocar quase dez milhões de reais na CAAPSML. Por quê? Eu mostrei aqui, nós temos cento e noventa e quatro milhões de reais nesse fundo hoje. O ano passado nós consumimos trinta e três milhões deste fundo. Se nós fizermos uma conta bem simplista, pegarmos os cento e noventa e quatro e dividirmos por trinta e três, esta reserva aguenta mais cinco anos. Daí nós teremos que tirar do Tesouro todo o mês dez milhões de reais para poder bancar a aposentadoria. Quem vai pagar a conta? É quem precisa da saúde, é quem precisa da educação. Eu estou dizendo assim: a Planta Genérica veio, ela é importante, mas ainda com a Planta Genérica nós temos que fazer um dever





# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

de casa, que é cobrar esse estoque da dívida que eu demonstrei aqui. Tentar atuar de forma mais efetiva na cobrança também. Para quê? Para garantir o aporte à CAAPSM, para garantir a continuidade das políticas públicas e para que nós tenhamos o equilíbrio fiscal, que é o que a lei preconiza. Então veja, a Planta Genérica, no meu ponto de vista enquanto técnico, ela era imprescindível. Imprescindível! Temos que fazer algumas correções? Temos que aperfeiçoar essa planta. Foi debatido com esta Casa, Jamil. Nós vamos encaminhar agora um projeto de lei congelando a alíquota, o teto dos isentos, dos cento e cinquenta mil, a proposta é passar para quatrocentos e quarenta mil, que é o teto que a Receita Federal utiliza. E outro detalhe, nós estamos corrigindo a questão da coleta de lixo também. Nós vamos trabalhar com um método, talvez Londrina seja a única cidade do país que trabalhe com esse método, que nós debatemos muito junto com o MP (*Ministério Público*), que é trabalhar com o custo incorrido. Ou seja, nós vamos apurar a coleta de lixo ao longo dos doze meses em quatro eixos, que é o que uma súmula do Supremo Tribunal Federal – a Súmula 19 – preconiza: que é a coleta, a remoção, o tratamento e a destinação. Ou seja, tudo o que eu empenhar nesses quatro eixos, nós iremos definir o novo valor da coleta para o próximo ano. Ou seja, vai ficar, do ponto de vista técnico, impecável. Ou seja, tudo aquilo que nós empenhamos e liquidamos, nós vamos cobrar do cidadão. Então esta é uma proposta que nós vamos encaminhar a esta Casa também já semana que vem e colocando um dispositivo na lei, que vai passar pela apreciação desta Casa, que é estabelecendo um limite de cem por cento na coleta. Ou seja, quem paga oitenta reais, por exemplo, de IPTU, não vai pagar mais do que o cem por cento dos oitenta reais. Que é por quê? Justamente para favorecer a classe menos favorecida. E um detalhe também que nós não colocamos aqui, nós temos hoje vinte e duas mil famílias do Município que se utilizam do IPTU Social, que é cinquenta reais de IPTU mais cinquenta reais da coleta. E um detalhe que nós temos que debater também nesta Casa aqui é a questão dos desmembramentos, que também irão impactar na camada mais pobre. Nós temos vários condomínios aqui que foram entregues e que não estão desmembrados, porque existe uma dívida junto à Fazenda, uma dívida do FAR, que é o Fundo de Arrendamento Residencial, e que nós não



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

conseguimos caminhar com o desmembramento. Por quê? Porque existe uma dívida e essas pessoas não estão tendo nem o benefício do IPTU Social. Também é um ponto que nós temos que debater nesta Casa. Veja, então uma série de ações que tem que ser debatida. Agora em relação à sua pergunta, Jamil, eu vejo assim, eu enquanto técnico, vejo que foi uma medida acertada. Nós temos que aperfeiçoar alguns itens, mas que neste momento era imprescindível para dar o equilíbrio às contas públicas e para garantir serviços básicos.

**Vereador Jamil Janene** – Bom, eu queria agradecer por sua fala, porque nós, servidor... Acho que tem que se inscrever ali, Vilson... Procurar a Hortência. Todos que quiserem fazer perguntas já está aberto para se inscrever. Nós, principalmente nós que temos mandato de vereador... A gente vai nas casas das pessoas na campanha, só fala uma coisa: “Não, nós vamos trazer o serviço público, nós vamos trazer limpeza, nós vamos aqui brigar pelo posto de saúde, nós vamos brigar por uma escola”. E hoje eu vejo que na política a pessoa está mais preocupada em se aparecer nas redes sociais. Hoje os políticos estão querendo mais se aparecer nas redes sociais com algum videozinho, tentando mostrar que quer fazer o populismo, que, para mim, tinha que acabar definitivamente. E a população parar de ver esses vídeos desses políticos, que para mim são malandros, políticos que ficam fazendo vídeo para se aparecer, para se engrandecer, falando que está defendendo o povo e tirando os benefícios dessas pessoas mais carentes. Que nem agora, você acha que essa greve dos caminhoneiros afetou quem? O rico? Não. Defenderam o direito deles, foram lá, brigaram, conseguiram os descontos que eles queriam e agora não param. Sabe quem está pagando o preço? É a pessoa mais pobre lá da ponta da vila. Pagando sete reais o quilo do tomate. Eu não, eu vou lá, eu tenho uma condição financeira melhor, eu pago e não vou sentir. Mas e aquele assalariado? E eu vejo pessoas ainda defendendo – e é uma pessoa que eu conheço... Esse movimento vai para as ruas... Para derrubar o PT (*Partido dos Trabalhadores*) eles foram para a rua, para derrubar o Temer eles estão usando os caminhoneiros para continuar a greve. Você acha que isso é justo? Para o povo mais humilde pagar a situação que nós estamos vivendo? Eu, como membro da Comissão de Finanças, tenho uma



# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)**

proposta, inclusive para o Prefeito. Vou conversar com o Eduardo, junto com o vereador Tamura. Eu já estou fazendo o requerimento e vou pedir o apoio da Comissão de Finanças, com os outros vereadores, que este ano ainda, inclusive, nós faremos um Profis para atender as pessoas que não conseguiram pagar. Porque nós temos que abrir este espaço para discutir, essas pessoas, esses seis, sete por cento que ficou para trás, ou aqueles que ficaram lá para trás. Não vamos só pensar que quando tem algum grandão que vai fazer o desconto da multa e dos juros, porque tem uns grandões que compraram terreno na cidade de Londrina, e aí usa esses grandões para fazer o desconto. Não, nós vamos fazer... Eu vou fazer uma proposta para o Prefeito, e tinha até vereadores que falou "nós não vamos fazer mais, é a última". Negativo, nós temos que fazer sim, porque nós temos que abrir espaço para esse cidadão, esse trabalhador. Como eu fiz o ano passado, eu estendi até o décimo terceiro, para eles receberem e conseguirem pagar. "Não, vamos fazer por trinta dias o desconto da multa". Eu falei: "Não, eu vou fazer um...". Eu acho que foi uma emenda ou substitutivo que eu coloquei, junto com todos os vereadores, que todo o cidadão... "Por que é que não vai até dezembro?" Dezembro vai receber décimo terceiro, novembro vai receber... Eles têm o direito de pagar sem a multa e sem os juros. Aproveitar a lei que foi aprovada. E este ano, Secretário, eu já estou elaborando, eu quero já que você encaminhe isso para o Prefeito Marcelo, para nós abriremos também um desconto de multa e juros até dezembro. Eu acho que de outubro, novembro e dezembro. Deixar esses três meses para o povo mais humilde conseguir pagar, aqueles que não conseguiram pagar em janeiro e fevereiro. Mas eu tenho certeza que todo esse ajuste que tiver, aí sim a cidade vai crescer e aí sim as pessoas mais carentes vão ser atendidas no posto de saúde com dignidade. E a gente vai cobrar o Executivo.

**Vereador Wilson Bittencourt** – Bom dia, vereador Jamil, presidente da sessão hoje neste momento, aos vereadores aqui presentes, aos Secretários presentes, aos servidores, enfim, a todo o pessoal. Bom, eu prestei atenção em toda a prestação de contas, e também na primeira fala do vereador Jamil Janene, e aí eu também tenho algumas indagações para serem colocadas. O projeto da Planta Genérica de Valores, quando ele iniciou a tramitação na





# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)**

Casa, naquele momento, se ele não sofresse qualquer intervenção desta Casa ou externa, ele, salvo engano – a gente vai discutir alguns percentuais agora – mas ele tinha uma previsão de incremento no IPTU anterior na faixa de cento e noventa milhões. Eu acredito que seja isso, foi o que nos foi passado. No entanto, depois, na tramitação, houve várias interferências, várias negociações, e este valor foi reduzido em cem milhões, fechando em noventa milhões. Então há um incremento previsto de noventa milhões sobre o IPTU da Planta Genérica antiga. A questão é a seguinte: estes noventa milhões é um valor previsto, ele é relativamente significativo, no entanto nós sabemos, não só pelo que nós conversamos aqui, que conversamos pessoalmente, que é colocado na imprensa, que desses noventa milhões, setenta milhões já é comprometido com a Caixa de Previdência. E que de fato haverá disponível para a cidade, recursos livres ou não, ou vinculado, enfim, vinte milhões. A preocupação é justamente esta: existia a necessidade? Existia, fundamentalmente, de nós termos votado a Planta de Valores. O incremento é importante. Só que nós temos que tomar muito cuidado em não vender uma ilusão para a sociedade, e que com vinte milhões nós vamos construir mais quinhentos postos, vamos reformar mais duzentos postos, vamos fazer mais duzentos quilômetros de asfalto, vamos iluminar mais seiscentas ruas. Então esta é a preocupação. Eu gostaria que você abordasse rapidamente esta questão, de nós não estarmos vendendo uma ilusão para a cidade, porque é uma ilusão você achar que com vinte milhões você vai mudar o mundo. Eu entendo o porquê de o Prefeito estar indo toda a segunda-feira, toda a semana, para Brasília. Eu até brinquei com ele: “Alguém tem que falar para ele que ele não é mais deputado”. Mas eu entendo esta preocupação dele, que ele tem que mostrar realmente o resultado, porque senão não vai convencer que com vinte milhões nós vamos mudar esta cidade. E este débito é crescente. Só queria que você abordasse um pouco desta situação, obrigado.

### **Senhor João Carlos Barbosa Perez (Secretário Municipal de Fazenda) –**

Bom, vereador Vilson, obrigado pela pergunta. De fato, mas se nós analisarmos a Planta, em momento algum eu coloquei aqui que a Planta veio para equacionar uma conta, para garantir serviços básicos. Mas tem um detalhe, você falou, por exemplo, iluminação pública. Talvez nós tenhamos que



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

ter um olhar diferenciado lá no Município. Por quê? Por exemplo, iluminação pública é Cosip (*Contribuição para o Custeio de Serviço de Iluminação Pública*), que é recurso vinculado. Nós temos mais de cinquenta milhões aplicados. Então tem políticas públicas que de fato nós conseguimos tirar do papel com recursos vinculados. Quando nós falamos recursos livres, o senhor colocou aqui noventa milhões, eu falei que o ano passado nós arrecadamos cento e sessenta e três até maio, e este ano está em duzentos e quarenta e quatro, um aumento de oitenta e um milhões. Nós estamos no mês de maio, tem mais um período para a gente arrecadar. Mas esta equação, este valor, este incremento na arrecadação do IPTU veio para dar um equilíbrio nas finanças do Município, mas nós temos que ter outras ações também, porque veja a CAAPSML, nós estamos falando de setenta milhões de reais à CAAPSML. Quando o senhor fala de sobra de vinte, eu não vejo sobra de vinte, eu vejo que a gente vai cobrir o *déficit*, mantendo as políticas públicas, focando em algumas áreas que nós temos recursos vinculados, como, por exemplo, é o caso do asfalto, que já tem emendas em relação a asfalto, e também iluminação pública, mas trazendo o equilíbrio nas finanças públicas, e garantindo uma parte deste bolo para a CAAPSML, que é o grande problema do Município hoje. Então a gente não tem muitas ilusões em relação a este aumento da Planta. Se você analisar os últimos dez anos você vai verificar que o *déficit* do Município girava em torno de setenta, oitenta milhões. O ano passado cento e vinte milhões. Então veio para equacionar as contas, mas nós temos que ter um olhar também neste estoque da dívida ativa que eu mostrei aqui, porque a gente está trabalhando muito, junto com a PGM (*Procuradoria Geral do Município*), no sentido de focarmos nos grandes devedores. E focarmos naquilo que de fato a possibilidade de recebimento é maior: fortalecimento da cobrança administrativa, a questão do recadastramento dos imóveis. Nós temos que focar em outras ações para poder incrementar ainda mais a arrecadação. Mas a Planta de Valores, numa visão técnica, ela foi necessária. Ela é imprescindível. E nós temos que focar agora no equilíbrio fiscal e também nessas ações que o senhor citou, de iluminação pública, asfalto, mas daí é um trabalho que tem que ser feito no todo, no orçamento de dois bi, e não apenas no recurso livre.



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

**Vereador Jamil Janene** – Vereador Vilson, como eu sou do partido do Prefeito e estou conversando bastante com ele, eu acho que muitos outros vereadores, mesmo não sendo do seu partido. Essas viagens que o Prefeito fez para Curitiba e Brasília... Eu busquei umas informações e nos últimos quatro anos do meu mandato passado não chegou nem cem milhões de dinheiro federal e estadual de investimento, para reforma de creche, de posto de saúde, do PAI (*Pronto Atendimento Infantil*), da Maternidade Municipal. E é isso que ele está buscando. E aí tem a contrapartida do Município. Então esses recursos conseguem garantir trazer dinheiro do Governo federal, dinheiro do Governo estadual, para reformar cinquenta e quatro UPAs (*Unidades de Pronto Atendimento*), que vão ser reformadas até no final do mandato do Prefeito, recapear os bairros mais pobres de Londrina que foram esquecidos na Legislatura (*sic*) passada. Você sabe porque você mora num bairro humilde, que não chegou o recape lá. Mas vai chegar agora, porque o Marcelo prometeu primeiro os mais pobres, não ficar só nos ricos. E, segundo, essas viagens do Prefeito são importantíssimas, como nós não temos dinheiro sobrando nós só temos a contrapartida, tem que vir dinheiro do Governo federal e estadual para dar estrutura para os médicos, para as enfermeiras, para as professoras darem aula, para construir as creches que precisam... Você sabe quantas creches nós perdemos na Legislatura (*sic*) passada? Quase dezesseis. O Prefeito foi para Brasília e salvou o dinheiro que o ex-Prefeito Kireeff perdeu porque não levou projeto. E graças a Deus conseguiu recuperar. Então nós estamos trabalhando para atender as pessoas menos favorecidas, e graças a Deus que você é um vereador do povo mais humilde... Teria que estar muito contente do que está acontecendo na cidade de Londrina.

**Senhor Fábio Molin (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina)** – Bom dia, senhor Presidente e demais vereadores, servidores, pessoal nos assistindo. Eu queria parabenizar o Secretário João, toda a sua equipe que fez a apresentação e prestou as contas aqui hoje na Câmara, os servidores todos da Secretaria. E a minha pergunta na verdade é em relação justamente à CAAPSM, que está sendo um ponto importante levantado aqui, que foi apresentado lá um *déficit* já neste ano de dois milhões no primeiro quadrimestre. E a pergunta que nós queremos saber é o seguinte: em 2016 foi



# Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)

aprovada nesta Casa uma lei aonde a Administração encaminharia no ano de 2017 um projeto, trazendo dentro deste projeto um plano de aporte para ir pagando então a sua dívida junto à CAAPSML. Que para nós é uma dívida que o Município tem. E até então este projeto não veio para esta Casa, salvo engano, então a nossa pergunta seria se existe já um prazo, se existe já uma discussão para trazer este projeto para cá, porque assim do jeito que nós estamos... O ano passado foram trinta e três milhões, este ano talvez cheguemos a dez milhões ou mais, não sabemos, vai depender de quantos servidores vão se aposentar este ano, porque o pessoal está correndo para se aposentar porque muitos estão com medo de não se aposentarem. E nós gostaríamos de saber se existe aí, João, e o Marcos talvez consiga passar para nós, porque nós temos esta preocupação sim... O Fundo está sendo utilizado, mas vai chegar uma hora que vai acabar e realmente aí eu acho que a discussão vai ficar muito ruim a hora que chegar neste ponto aí. Era esta a pergunta. Obrigado.

**Senhor Marcos José de Lima Urbaneja (Controlador Geral do Município) –** Bom, a questão da CAAPSML, a gente está fazendo um estudo desde janeiro de 2017, quando eu assumi a Superintendência da CAAPSML, nós já começamos a fazer vários estudos para tentar encontrar e equacionar o problema do *déficit* atuarial e financeiro da CAAPSML. Várias vezes tivemos em Brasília conversando com os técnicos lá do Ministério da Previdência, e existe uma discussão no Ministério da Previdência de que eles não reconhecem lá no Ministério aquilo que foi feito aqui em Londrina: a fusão de massas. Não tem o reconhecimento por parte do Ministério da Previdência. Isto levou a um problema grave nosso, que foi a questão da falta do Certificado de Regularidade Previdenciária. Porque é o Ministério da Previdência quem pode liberar, realizar a emissão deste certificado. E por meio de uma liminar nós conseguimos... A Procuradoria Geral do Município, através de uma liminar, conseguiu a obtenção deste certificado, contudo perante o Ministério da Previdência a gente ainda consta como irregular, estamos lá sob liminar. Durante todo este período foram feitos vários estudos, e inclusive foi montada uma comissão que o próprio Sindserv esteve lá representado, nós discutimos bastante lá com o pessoal do Sindserv, com o Conselho Administrativo, com a





# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)**

Associação dos Aposentados, enfim, várias entidades. E hoje a proposta que nós temos, a princípio, é a de nova segregação. A proposta que está em estudo pelo Ministério da Previdência. Por que é que a gente tem ainda uma dificuldade de encaminhar este projeto aqui para esta Casa Legislativa? Justamente porque quando chegar aqui a primeira pergunta da Casa Legislativa, dos vereadores, vai ser: “Está aprovado pelo Ministério da Previdência ou não?” Porque sem a aprovação do Ministério da Previdência eu acredito que teríamos até uma certa dificuldade de debater este tema aqui na Casa. Então uma das opções que a gente está avaliando é fazer o encaminhamento do projeto de lei enquanto tramita este nosso pedido, este nosso estudo que está lá no Ministério da Previdência desde outubro de 2017. O Ministério da Previdência tem feito vários apontamentos, tem pedido novas informações, novos cálculos atuariais, e eles estão ultimando os estudos lá, a gente tem uma expectativa aí de que até o final do mês de junho eles consigam estar apresentando para a gente um estudo, apresentando o parecer... Porque vir aqui para a Casa sem o parecer do Ministério da Previdência pode até inviabilizar também a tramitação aqui, porque de repente as próprias comissões aqui vão realmente pedir este parecer. Então a gente está em contato direto e constante lá com o Ministério da Previdência e a proposta que, a princípio, se mostrou mais viável, seria realmente uma nova segregação de massas. Existem, no próprio Ministério da Previdência, outras correntes que defendem que não deve segregar, existe a corrente, a mais forte no Ministério da Previdência, de que a segregação é a sistemática mais viável para dar solução para o caso. Porque quando me perguntam... Várias vezes me perguntaram: “Mas este projeto de lei vai resolver o problema da Previdência?” Eu respondo de pronto: “Não vai”. Qual é a solução para a Previdência do Município hoje? A solução é depositar na conta do Fundo de Previdência dois vírgula cinco bilhões de reais. Se nós depositarmos este dinheiro hoje na conta do Fundo de Previdência a gente resolve. Aí eu posso falar para vocês: “Está resolvido o problema da Previdência!” Nós temos este dinheiro? Não temos. Conseqüentemente a gente não tem esta solução. Então o que é que nós estamos propondo? É um gerenciamento cíclico da questão da Previdência. A Previdência, a cada ciclo, vai ter um problema. A cada ciclo ela vai entrar em





# *Câmara Municipal de Londrina*

*Estado do Paraná*

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018 (em 30.5.2018)**

questões de *déficit* atuarial e de *déficit* financeiro. Com esta solução proposta, o Município durante duas décadas vai ter que fazer aportes, não tem outro jeito. A solução é o aporte de recursos no Fundo. Não tem outra solução mágica. Não tem outra solução. De fato não existe. A solução é financeira. O problema nosso é recurso financeiro. Durante duas décadas o Município vai ter que continuar fazendo os aportes, que vão ser muito pesados, que vão pesar bastante para o erário. É uma situação delicada, grave, não é simples, e depois disso, com a segregação, as pessoas que entraram de 2016 para frente no Município vão ter um sistema de capitalização. Então depois de duas décadas a Previdência sobe, vai num crescente de *déficit*, ela estabiliza e depois ela começa a decair. Porque esta massa, conseqüentemente, vai aos poucos sendo, vamos dizer assim, ela vai acabar, porque é uma questão natural e tal da vida. Então ela vai chegar num ponto que você vai diminuindo esta massa. Então a questão da Previdência hoje está neste ponto, a gente tem, está bem encaminhado hoje este estudo no Ministério da Previdência. Agora, vai depender também de uma discussão interna do Governo para ver qual é que vai ser o encaminhamento mais... Eu não sei se... *(Término da transcrição na íntegra)*

Encerrado o período destinado a perguntas e esclarecimentos, o vereador Eduardo Tominaga (presidindo a sessão) registrou a presença dos vereadores Ailton Nantes, Felipe Prochet, Estevão da Zona Sul e Jairo Tamura, agradeceu a presença de secretários municipais, de munícipes, de servidores públicos, da imprensa e da comunidade em geral *(Anexo III – Lista de Presença)* e encerrou a audiência pública às onze horas e quarenta e cinco minutos.

**Jamil Janene**

**Membro da Comissão de Finanças e Orçamento**